



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE CONTABILIDADE - SECONT/COF/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0652010/2016-SECONT/COF/DLOG/PF

Processo nº 08200.301923/2016-15

1 DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa responsável pela realização do **Curso sobre Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na Contratação de Bens e Serviços (IRRF/PIS/COFINS/CSLL/INSS/ISS)**.

1.2 Esse evento será contratado pela Polícia Federal e deverá comportar a participação de 20 (vinte) servidores, sendo que o Serviço de Contabilidade/COF/DLOG será responsável pela indicação.

1.3 O curso deverá ser realizado em Brasília/DF (no Setor Comercial Sul, Setor Hoteleiro Sul ou Setor Hoteleiro Norte), nos dias **12 a 16 de dezembro de 2016**, com carga horária de 20 (vinte) horas, no período noturno (18h30min às 22h30min).

1.4 A seguir, a descrição/especificação do conteúdo programático:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Valor máximo ou menor percentual de desconto
	ESTUDO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA <ul style="list-style-type: none">- Tributos Federais, Estaduais, Municipais e do DF- Princípios Constitucionais Tributários- Regimes de Tributação- Casos Práticos com as Empresas do Simples Nacional IMPOSTO DE RENDA <ul style="list-style-type: none">- Fato Gerador, Contribuintes, Base de Cálculo e Alíquotas- Dispensa da Retenção- Decreto nº 3.000/99- IRRF sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas	

- IRRF sobre Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas

- Lista de Serviços Sujeitos ao IRRF

IR/CSLL/COFINS/PIS

- IN RFB nº 1.234/12, atualizada

- Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais

- Serviços sujeitos à Retenção

- Prestação de Serviços com Aplicação de Material

- Fornecimento de Bens com Prestação de Serviços

- Tratamento das Instituições Imunes e Isentas

- Tratamento das empresas do Simples Nacional

- Dispensa da Retenção

- Destaque da Retenção no Documento Fiscal

- Casos especiais de recolhimento em separado das Contribuições Sociais

- Obrigações Acessórias decorrentes da Lei nº 9.430/96

- Utilização da IN SRF 459/2004

- Utilização da IN SRF 475/2004

- Comparativo entre Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

INSS

- IN RFB nº 971/09, atualizada

- Incidência, Segurados, Base de Cálculo e Alíquotas

- INSS sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas

- INSS sobre Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas

- INSS Individual e Patronal

- Responsabilidade Solidária na Substituição Tributária

- Cessão de mão-de-obra e Empreitada

- Lista de Serviços sujeitos à Retenção do INSS

- Base de Cálculo da Retenção

- Material e Equipamento

R\$23.190,00

(preço médio)

- Retenção das Empresas do Simples Nacional
- Dispensa de Retenção Previdenciária
- Desoneração da Folha de Pagamento (Lei nº 12.546/11, atualizada)
- Reflexos da Desoneração da Folha de Pagamento na retenção previdenciária
- Documentação a ser exigida na contratação e no pagamento dos contratos

ISS

- LC 116/03 e Códigos Tributários Municipais
- Fato Gerador, Contribuintes, Base de Cálculo e Alíquotas
- ISS/DF sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas
- ISS/DF sobre Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas
- Domicílio Fiscal – Local da Incidência do Imposto
- Retenção na Fonte – Obrigatoriedade
- Cuidados Especiais no Preenchimento dos Documentos Contábeis e Fiscais
- Bloco Especial sobre a Nota Fiscal Eletrônica
- Destaque e Contabilização das Retenções na Fonte

ICMS

- Retenção do ICMS no DF para serviços de comunicação

ATIVIDADES PRÁTICA

- Retenção nos pagamentos relativos aos serviços de:

Construção Civil

Obra de Construção Civil

Serviço de Construção Civil

Limpeza e Conservação

Vigilância e Segurança Privada

Consultoria e Treinamento

Serviços de Informática

Serviços de Saúde

Serviços de Transporte

- Exercícios Práticos

1.5 Como resultado de ampla pesquisa de mercado, obteve-se os seguintes valores, conforme propostas, em anexo:

One Cursos	EBTC	Consultre	Premier	ABOP	Preço Médio
R\$ 18.900,00	R\$21.400,00	R\$ 27.300,00	R\$ 20.350,00	R\$ 28.000,00	R\$ 23.190,00

1.6 Realizar-se-á licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O curso se justifica devido à necessidade de atualização e aperfeiçoamento dos servidores indicados, pela complexidade da atividade desempenhada, a qual requer conhecimentos específicos que envolvam grande responsabilidade, sendo que a omissão ou o incorreto cumprimento da tarefa de recolher os impostos e contribuições na “fonte”, como determina a IN nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil (RFB), bem como outras legislações, podem acarretar prejuízo direto para o interesse público e, conseqüentemente, gerar danos ao erário, fato que expõe o servidor imbuído desta atividade a responsabilização no plano disciplinar e, possivelmente, conseqüências civis.

2.2 O objetivo do curso é difundir conhecimentos teóricos e práticos relativos às inovações trazidas pelas legislações que tratam da Substituição Tributária e da Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais, evidenciando as situações específicas de cada bem e serviço para orientar os participantes quanto aos diversos impostos incidentes sobre serviços prestados por Pessoas Físicas e Jurídicas e proporcionar mais segurança na elaboração, validação e contabilização dos processos de pagamento. Além disso, o evento promoverá o desenvolvimento e aprimoramento profissional dos servidores da Polícia Federal que atuam no acompanhamento e/ou execução orçamentária, financeira e contábil, e na Conformidade de Registros de Gestão.

2.3 Ressalta-se que os servidores indicados a participarem deste evento de capacitação exercem funções diretamente ligadas ao conteúdo que será ministrado, bem como poderão atuar como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos.

2.4 A participação dos servidores faz-se necessária, pois, além da assimilação do conhecimento teórico e prático, permite a uniformização dos procedimentos, em conformidade com as Instruções Normativas da

Receita Federal do Brasil (RFB) e demais legislações correlatas, capacitando-os para o fiel desempenho de suas funções.

3 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

3.3 Nos termos do §1º, artigo 2º, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, os serviços se caracterizam como comuns, visto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste edital, por meio de especificações usuais do mercado.

4 FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1 O Curso deverá ser realizado em Brasília/DF, no período de **12 a 16 de dezembro de 2016**, em sala apropriada para treinamento, localizada no Setor Comercial Sul, Setor Hoteleiro Sul ou Setor Hoteleiro Norte.

4.1.2 Deverá abranger uma carga horária de 20 (vinte) horas-aula, e a ministração deverá ocorrer no período noturno (18h30min às 22h30min).

4.1.3 Ficará a cargo da contratada todos os meios necessários para a execução do evento.

4.1.4 Durante a realização do evento, a Contratada deverá fornecer o material de apoio necessário ao bom andamento do curso e, ao final, certificado de participação.

4.1.5 Os conteúdos a serem ministrados encontram-se relacionados na tabela constante no item 1 DO OBJETO.

4.1.6 O docente indicado pela Contratada que prestará o serviço deverá ter experiência comprovada de, pelo menos, 10 anos de atuação como professor nos cursos da área temática demandada, sendo capaz de comprovar expertise, didática e domínio dos mais variados temas que circundam o assunto.

4.1.7 O Serviço de Contabilidade será responsável pela seleção e indicação dos 20 (vinte) servidores que participarão do referido evento de capacitação.

5 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.1.1 Serão disponibilizadas vagas para servidores lotados na Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Coordenação de Administração e por servidores lotados em NEOFs, que responderem favoravelmente ao convite exarado pelo Serviço de Contabilidade/COF/DLOG, totalizando 20 (vinte) servidores da Polícia Federal, dentre administrativos e policiais.

5.1.2 Os serviços deverão ocorrer no período noturno de **12 a 16 de dezembro de 2016**, mais especificamente no horário das 18h30min às 22h30min, perfazendo uma carga horária de 20 (vinte) horas-aula.

5.1.3 O local de realização do evento de capacitação é um fator extremamente relevante, pois deve permitir aos servidores lotados no Edifício Sede da Polícia Federal, SAS Quadra 6, lotes 9/10, Brasília-DF, se deslocarem em tempo hábil para o local do curso, considerando que o horário de expediente desses servidores encerra-se às 18h.

5.1.4 O objetivo do curso é proporcionar aos participantes conhecimentos teóricos e práticos sobre as legislações e suas inovações que tratam da Substituição Tributária e da Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais, evidenciando as situações específicas de cada serviço e aquisição nas operações cotidianas de cada órgão e entidade da administração pública.

6 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1 Aulas expositivas, em ambiente de treinamento, com meios audiovisuais que facilitem o processo de ensino-aprendizagem.

6.1.2 O material de apoio a ser fornecido pela Contratada deverá corresponder ao programa da disciplina proposta para o Curso.

7 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

7.1.1 Livro e/ou Apostila, caneta e material de apoio pertinente ao evento.

7.1.2 Auditório ou Sala de Treinamento, climatizado, com tela de projeção, computador ou notebook, projetor multimídia, quadro branco, sistema de som (se necessário), e demais materiais e equipamentos de apoio pertinentes.

8 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1 A execução dos serviços será iniciada em **12 de dezembro de 2016**, no horário previsto no item 1 DO OBJETO.

8.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

9.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

9.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

10.2 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.5 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

10.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

10.7 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

10.8 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

10.9 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10.10 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11 DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

13.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

13.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3 fraudar na execução do contrato;

14.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5 cometer fraude fiscal;

14.1.6 não manter a proposta.

14.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2 multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.2.1 em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

14.2.2.2 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.2.3 multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.3.1 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.5 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

14.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, DF, 07 de novembro de 2016.

CHEILA ANDRADE MEDEIROS

Técnico em Contabilidade

Matrícula PF 12.386

Chefe do Serviço de Contabilidade - Substituta

De acordo.

DANIEL CERQUEIRA RIBEIRO

Perito Criminal Federal

Primeira Classe - Mat. PF 17.099

Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade/DLOG

Aprovo.

OMAR GABRIEL HAJ MUSSI

Delegado de Polícia Federal

Classe Especial - Mat. PF 8296

Diretor de Administração e Logística Policial



Documento assinado eletronicamente por **CHEILA ANDRADE MEDEIROS, Chefe de Serviço - Substituto(a)**, em 07/11/2016, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL CERQUEIRA RIBEIRO, Coordenador**, em 08/11/2016, às 21:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **OMAR GABRIEL HAJ MUSSI, Diretor(a)**, em 09/11/2016, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0652010** e o código CRC **622830CC**.

Referência: Processo nº 08200.301923/2016-15

SEI nº 0652010